

ATA DA REUNIÃO DA EGRÉGIA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

3

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, por meio da Plataforma Conferência Web, sob a presidência da Professora Vilma Lúcia Macagnan Carvalho e mediante convocação pessoal, reuniu-se remotamente a Egrégia Congregação do Instituto de Geociências para apreciação dos seguintes itens de pauta: **01) Informes; 02) Aprovação da ata da reunião realizada no dia 13/07/2020; 03) Aprovações “ad referendum” da Congregação; 04) Solicitação de recurso apresentada pelo discente Lyra Vega, referente ao indeferimento pelo Colegiado, do seu pedido de reinclusão no Curso de Geografia; 05) Ajustes no Currículo do Curso de Graduação de Geografia; 06) Apresentação do resultado dos estudos da Comissão de Espaço Físico; 07) Alocação dos recursos de 2020; 08) Outros Assuntos.**

Compareceram os seguintes Membros: Profa. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho (Diretora e Presidente da Congregação), Profa. Maria Giovana Parisi (Vice-Diretora), Prof. André Velloso Batista Ferreira (Chefe Pró-Tempore do Departamento de Geografia), Prof. Adolf Heinrich Horn (Sub-Chefe do Departamento de Geologia e representante dos professores titulares), Profa. Úrsula Ruchkys de Azevedo (Chefe Pró-Tempore do Departamento de Cartografia), Prof. Bernardo Machado Gontijo (Diretor do Instituto Casa da Glória), Prof. Tiago Amâncio Novo (Diretor do Centro de Pesquisa Professor Manoel Teixeira da Costa e Sub-Coordenador do Coleg. de Pós-Graduação em Geologia), Profa. Adriana Monteiro da Costa (Sub-Coordenadora do Coleg. de Pós-Graduação em Geografia), Prof. Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (Coordenador Pró-Tempore do Coleg. de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais), Profa. Marly Nogueira (Coordenadora Pró-Tempore do Coleg. de Graduação em Geografia), Prof. Jarbas Lima Dias Sampaio (Coordenador Pró-Tempore do Coleg. de Graduação em Geologia), Prof. Frederico Couto Marinho (Coordenador do Coleg. de Graduação em Turismo), Profa. Janise Bruno Dias (do item 1 ao 5), Prof. Carlos Henrique Jardim (item 6 até o final) e Prof. Paulo Roberto Antunes Aranha (representantes dos professores associados), Prof. Frederico Wagner de Azevedo Lopes e Profa. Lussandra Martins Gianasi (representantes dos professores adjuntos), Jéssica Armaneli Macedo, Elisabete Quatrini Vieira e Fernando César da Costa (representantes dos servidores técnicos e administrativos), Cindy Fucidji Ishida, Tales de Oliveira Sampaio, Natália Coimbra e Paola Luchesi Braga (representantes dos discentes), Prof. Sérgio Donizete Faria (convidado como representante do IGC junto ao CEPE). Havendo quorum regulamentar, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, dando início à discussão do primeiro item de pauta.

30

01) INFORMES

1. UFMG - A Profa. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho informou que em reunião do Conselho Universitário realizada no dia 27/08/2020, a Reitora fez um relato do papel da UFMG nesse momento da pandemia, ressaltando que mais uma vez a Universidade se destacou no Academic Ranking of World Universities (ARWU) 2020, ficando entre as três melhores universidades federais brasileiras. Este é o segundo ranking divulgado neste ano que classifica a UFMG no topo entre as instituições federais. O levantamento da Times Higher Education (THE) destacou a UFMG como a melhor federal brasileira e entre as cinco melhores da América Latina. A Reitora destacou que muito do que a UFMG faz como parte de sua missão não aparece nesses rankings, como, por exemplo, sua interação com a sociedade e seu relevante trabalho de extensão universitária, o que tem sido demonstrado mais do que nunca nas inúmeras ações de enfrentamento à covid-19. A UFMG superou a FUNED em número de testes do Covid e tendo

em vista esse desempenho, foi convidada para coordenar a rede de laboratórios das universidades federais, o que contribuirá para o fortalecimento das universidades. A Reitora informou, ainda, que a UFMG conseguiu o aporte de recursos complementares para melhorar a infraestrutura de serviços e sistemas de tecnologia da informação, tendo em vista a adoção do sistema de ensino remoto.

2. Adoção de medidas para o enfrentamento do Novo Coronavírus - A Profa. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho informou que a Direção participou de uma reunião com a Comissão de Acompanhamento da implantação do Protocolo de Biossegurança no âmbito das Unidades. Participaram desta reunião os Diretores do IGC, ICEX, Engenharia e ICA e cada um deles relatou os procedimentos já adotados, dificuldades e especificidades de cada Unidade. Constatou-se que o IGC tem adotado as medidas de segurança necessárias, de acordo com o previsto no Protocolo.

02) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 13/07/2020

A ata da reunião realizada no dia 13/07/2020 foi aprovada por 22 votos a favor e 1 abstenção.

03) APROVAÇÕES “AD REFERENDUM” DA CONGREGAÇÃO

As aprovações abaixo realizadas pela Diretoria, “ad referendum” da Congregação, foram referendadas por unanimidade:

1. Ação de extensão – Programa “Turismo, Geografia e Lazer: Ações cidadãs e empreendedoras em tempo de Covid”, coordenada pela Profa. Danielle Fernandes Costa Machado.
2. Criação do Grupo de Pesquisa no CNPq “Educação, mineração e território”, coordenado pela docente Lussandra Martins Gianasi.
3. Progressão Funcional da Profa. Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira, de Adjunto 2 para 3.
4. Progressão Funcional do Prof. Plínio da Costa Temba, de Associado 1 para 2.
5. Ação de extensão: projeto “ESPACIALIDADES E A PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: bases teóricas e metodológicas para a produção de práticas pedagógicas em Geografia”, coordenado pela Profa. Valéria de Oliveira Roque Ascensão.
6. Ação de Extensão: Projeto de Prestação de Serviço “Aquisição e interpretação de análises de isótopos de Sr e datação U-Pb de carbonatos por laser ablation: redução de dados e emissão de relatórios técnicos”, coordenado pelo Prof. Fabrício de Andrade Caxito.
7. Ação de Extensão: “CULTIVANDO OUTRA CIDADE: estreitando relações entre agricultor e consumidor, construindo e apoiando Sistema Participativo de Garantia na RMBH e Colar Metropolitano”, coordenado pela Profa. Heloisa Soares de Moura Costa.
8. Progressão Funcional do Prof. Vagner Braga Nunes Coelho, de Adjunto 1 para 2.
9. Projeto de Pesquisa “Economic Valuation”, coordenado pelo Prof. Britaldo Silveira Soares Filho.
10. Ação de Extensão: Projeto “Governança municipal e empreendedorismo social em turismo no contexto da pandemia do Coronavírus”, coordenada pela Profa. Danielle Fernandes Costa Machado.
11. Ação de Extensão: Projeto “Monitorias e Boletins Geográficos: Empreender na educação e divulgar a ciência em tempos de Covid”, coordenado pela Profa. Lussandra Martins Gianasi.
12. Ação de Extensão: Programa 500354 – Cultivando Outra Cidade: Extensão, Pesquisa-ação e Ensino no AUÊ!IGC – Estudos em Agricultura Urbana – abriga o Projeto 402986 – Construção Social de Mercados

81 Agroecológicos Popular e Solidário de Agricultores/as e Produtores/as na UFMG (Feira Agroecológica da
 UFMG) coordenado pela Profa. Maria Luiza Grossi Araújo.

84 13. Ação de Extensão: Programa Estação Ecológica, número SIEX 500064, coordenado pela Profa. Andréa
 Siqueira Carvalho.

87 14. Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 19/12/2019 entre o Ministério Público do
 Trabalho/PRT 3ª Região e a Universidade Federal de Minas Gerais, para desenvolvimento do
 Projeto Plataformas digitais de transporte privado por aplicativo e novas relações de trabalho em Belo
 Horizonte (MG), sob coordenação do professor Fábio Tozi.

90 04) SOLICITAÇÃO DE RECURSO APRESENTADA PELO DISCENTE LYRA VEGA, REFERENTE AO
 INDEFERIMENTO PELO COLEGIADO, DO SEU PEDIDO DE REINCLUSÃO NO CURSO DE
 GEOGRAFIA

93 A Profa. Vilma Carvalho apresentou a solicitação do requerente Lyra Vega contra decisão do Colegiado do Curso de
 Graduação em Geografia, referente à sua reinclusão no curso de Geografia, bem como o parecer elaborado pelo
 relator, Prof. Helder Lages Jardim, para subsidiar a decisão da Congregação, cujo voto é descrito abaixo:

96 *“Em nosso parecer e voto é importante considerar que de início o aluno não apresentava um quadro*
estável de saúde mental, estando em um quadro profundo de depressão, segundo o relato do Psiquiatra e
da Psicóloga. Disso resultou o seu interesse inicial pelo curso e pela socialização com os colegas.
 99 *Entretanto, tanto os profissionais que o acompanham quanto o próprio aluno, vê na possibilidade de*
continuar no curso, uma motivação para melhorar seu estado de humor. Como o aluno ainda tem prazo
 102 *para a integralização do curso de Bacharelado de Geografia suficiente, **somos favoráveis à reinclusão do***
***interessado no Curso de graduação da UFMG** pelos motivos acima apresentados. Sugiro que sua*
reinclusão, seja também acompanhada de um acompanhamento psicológico/psiquiátrico junto à FUMP.”

Em seguida, a Profa. Marly Nogueira discorreu sobre o histórico acadêmico do requerente, ressaltando que ela
 105 própria foi a relatora do assunto quando o mesmo foi apreciado pelo Colegiado no início da pandemia e
 esclarecendo que Lyra Vega é o nome social do requerente Gabriel Telles Lopes. Ressaltou, ainda, que embora ele
 tenha dez semestres para integralizar o curso, faltam 92,55% de disciplinas a cursar para que ele possa integralizar o
 108 curso. Enquanto aluno regular, ele foi reprovado em várias disciplinas por infrequência ou baixo rendimento. A
 Profa. Marly Nogueira salientou também que o relatório do psiquiatra cita que o requerente esteve em tratamento até
 abril de 2019, mas não deixa claro se o mesmo continua em tratamento. Colocado o assunto em discussão,
 111 manifestaram-se os seguintes representantes: Prof. Adolf Heinrich Horn salientou que em sua opinião o requerente
 deveria primeiramente realizar o tratamento e as terapias, para posteriormente solicitar sua reinclusão no curso. A
 representante discente Cindy Fucidji Ishida esclareceu que foi procurada pelo requerente para conversarem sobre o
 114 seu requerimento encaminhado à Congregação. Ressaltou que quando um paciente está em tratamento de um
 transtorno depressivo, todos que convivem com ele são envolvidos de certa forma nesse tratamento, tendo em vista
 os altos e baixos pelos quais passa esse paciente. Além disso, esses tratamentos geralmente são muito caros,
 117 principalmente o acompanhamento psiquiátrico e nem sempre o paciente consegue continuar o tratamento como
 deveria. Salientou que o acompanhamento do psicólogo é extremamente importante nesses tratamentos, uma vez
 que esse é o profissional que atende cotidianamente esse paciente, no intuito de ajudá-lo a restaurar sua saúde

120 mental. Ressaltou, ainda, que no relatório elaborado pela psicóloga que atende o requerente, ao reforçar sua
disposição em seguir seus estudos na graduação, fica claro o quanto a universidade é importante para que o
requerente possa restabelecer seus laços sociais e estabilização psiquiátrica. Com relação ao plano de estudos
123 apresentado por ele, entende ser completamente possível orientá-lo sobre quais disciplinas o mesmo deve fazer
primeiro, para que possa ter um melhor aproveitamento. Diante disso, defende que o requerente seja reincluído no
curso. O Prof. Paulo Roberto Antunes Aranha salientou que a universidade oferece diversas chances aos alunos,
126 inclusive ao permitir os trancamentos parcial, total e a possibilidade de reinclusão. De acordo com o relatório do
psiquiatra, o requerente esteve sob tratamento, não estando mais, sendo assim questionou se devemos tratar como
relevante o fato de o requerente afirmar agora a importância da universidade para sua saúde mental ou se devemos
129 pensar no que fazemos na universidade. Nós formamos pessoas de diversas formas, tanto intelectualmente quanto
tecnicamente e humanamente. A psicóloga afirma que o requerente apresenta capacidade cognitiva, mas não
consegue manter sua atenção aos conteúdos escolares em sala de aula, ou seja, ele não conseguirá continuar seus
132 estudos. É preciso se tratar primeiro para depois, quando tiver capacidade cognitiva, retornar à universidade. O
representante discente Tales de Oliveira Sampaio ressaltou que se a pessoa tem dificuldades, a universidade pública
deve apoiar e não marginalizar, pois a vida vale mais que qualquer argumento tecnicista. Os professores Adolf
135 Henrich Horn e Adriana Monteiro da Costa esclareceram no chat que solicitar que o requerente retorne somente
quando tiver condições para que isso ocorra não significa marginalizar. A representante discente Paola Luchesi Braga
alertou que o requerente já está em tratamento e que a orientação da psicóloga é que o espaço universitário, que o
138 faria ter rotina de estudos e convívio social, ajudaria na melhora clínica dele, pois o convívio social é uma parte do
tratamento que anda junto com a melhora clínica em quadros de sofrimento mental. Lembrou, ainda, que se o
requerente não conseguir manter o percurso após sua reinclusão, poderá ser jubilado novamente. O representante
141 Fernando Cesar da Costa sugeriu uma avaliação do requerente por psicólogos da UFMG, para embasar a decisão
sobre sua reinclusão. O Prof. André Velloso Batista Ferreira discorreu sobre o diagnóstico presente nos relatórios do
requerente e observou que a procura por ajuda especializada não foi uma iniciativa do requerente, e sim, da sua
144 família. Sendo assim, questionou a Profa. Marly Nogueira sobre seu contato com a mãe do requerente. Embora os
profissionais que o atenderam reconheçam a importância da universidade para a socialização do requerente e o fato
do parecerista ser favorável à sua reintegração, aliado ao acompanhamento psicológico/psiquiátrico junto à FUMP,
147 não há garantias de que essas medidas serão possíveis ou eficazes. A universidade precisa estar aberta para atender a
todos, mas não oferece todas as condições necessárias para que isso aconteça. É muito complexo decidir esse
assunto sem se aprofundar mais na análise da situação de saúde mental do requerente, incluindo uma análise pela
150 própria universidade. A Profa. Marly Nogueira discorreu sobre os códigos clínicos F32.2 e F21 – CID-10, presentes
nos relatórios do requerente e esclareceu ao Prof. André Velloso sobre os dois contatos que teve com a mãe do
requerente, o primeiro por telefone em 2017 e o segundo por e-mail em março deste ano. Ressaltou, também, que o
153 requerente sempre pareceu ser uma pessoa dócil e tranquila, não tendo apresentado comportamento agressivo. A
Profa. Maria Giovana Parisi discorreu sobre casos similares de solicitação de reinclusão enquanto respondia pela
coordenação do Colegiado do Curso de Geologia, uns com sucesso e outros nem tanto. Salientou que não é possível
156 aos membros presentes nessa reunião garantir que o requerente consiga ou não superar os seus problemas,
retornando ao curso, mas defende que seja dada a ele mais uma oportunidade. A Profa. Vilma Lúcia Macagnan
Carvalho reconheceu que existe um prazo de integralização para o requerente e que existem relatórios que apontam
159 para uma possível melhora em seu quadro clínico, caso o mesmo retorne à universidade. Sendo assim, não vê nesse

momento, possibilidade de prever se sua reinclusão será proveitosa ou não, pois cabe somente ao requerente se esforçar para que tenha êxito, caso tenha sua solicitação aprovada e em sua solicitação, ele manifesta uma predisposição em retomar os estudos. Se a universidade pode conceder a reinclusão, tendo em vista o número de semestres disponíveis e se o colegiado pode auxiliá-lo na elaboração do seu plano de estudos, não vê motivos para indeferir sua solicitação. A Profa. Marly Nogueira esclareceu que caso seja solicitada, poderá auxiliar o requerente na elaboração do seu plano de estudos, como já faz com todos os demais discentes que procuram o colegiado. O Prof. André Velloso Batista Ferreira observou que de 2017 a 2019 o quadro de saúde do requerente piorou. Concordou que todos precisam de uma segunda chance, mas manifestou sua preocupação com o fato de ter que decidir sobre este caso, pois não se trata apenas de uma questão acadêmica, e sim, de uma questão médica. Salientou, ainda, que o segundo semestre letivo será um semestre atípico e não sabe como o requerente, sendo reincluído, poderá lidar com as questões impostas por um ensino remoto. Não será um semestre regular. Sendo assim, deveríamos ter o apoio da universidade para decidir sobre este caso. A Profa. Maria Giovana Parisi solicitou que se registrasse uma observação apontada no chat pela representante Paola Luchesi Braga de que o requerente afirma em seu requerimento de que está em tratamento e que tem a possibilidade de continuar o acompanhamento com sua psicóloga por atendimento a distância, quando estiver em Belo Horizonte. Após as manifestações, a Profa. Vilma Carvalho colocou o ponto de pauta em votação, solicitando aos que fossem favoráveis ao pedido de reinclusão apresentada pelo ex-aluno Lyra Vega que permanecessem como estavam e aos que fossem contrários ou se abstivessem, que se manifestassem no chat. Foram apurados 8 votos contrários, 11 votos favoráveis e 5 abstenções. O Prof. Bernardo Machado Gontijo questionou o total de 11 votantes a favor, tendo sido esclarecido pela Secretária Simone Morais que a quantidade de votos favoráveis foi obtida pela diferença do total dos votantes e a soma dos votos contrários e abstenções. Neste momento, percebeu-se que o voto do Prof. Sérgio Donizete Faria, membro convidado como representante do IGC junto ao CEPE, havia sido computado erroneamente, pois ele não teria direito a voto, baixando o número de votos favoráveis para 10. Para não gerar dúvidas sobre o resultado obtido, foi realizada a conferência dos votos, o que foi interrompido algumas vezes pelos membros presentes. Diante das dúvidas suscitadas, a Secretária Simone Morais solicitou à Presidente da Congregação para procederem à votação novamente, o que foi aceito. A Profa. Vilma Carvalho iniciou o regime de votação novamente, solicitando que todos manifestassem seu voto ao microfone para evitar novas confusões. As manifestações estavam transcorrendo normalmente até que, ao ser chamado o primeiro representante discente, a Cindy Fucidji Ishida, houve muita microfonia no áudio e ficou difícil de entender o que ela estava falando e, por fim, a conexão caiu. A representante discente Paola Luchesi Braga informou que a conexão dos três colegas caiu e que estavam tentando se reconectar, aguardando aprovação do administrador para entrar na sala. Como o retorno não foi possível ela coloca que, de qualquer forma, o voto dos quatro representantes discentes era favorável à reinclusão. Diante do caráter inusitado da situação e do fato de nenhum membro da Congregação manifestar-se contrário à fala da discente Paola Braga naquele momento, os votos dos quatro discentes foram considerados na contagem final, apurando-se 10 votos favoráveis, 8 votos contrários e 5 abstenções, confirmando os dados obtidos na primeira votação. Diante desse resultado, a solicitação de reinclusão apresentada pelo requerente Lyra Vega foi considerada aprovada. Em seguida, a Profa. Vilma Carvalho solicitou inversão de pauta para discussão do item 06, o que foi aceito por todos.

05) APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DOS ESTUDOS DA COMISSÃO DE ESPAÇO FÍSICO

A Profa. Vilma Carvalho solicitou autorização para que a Profa. Cristiane Valéria de Oliveira pudesse participar da reunião, para apresentação do relatório elaborado pela Comissão instituída com o objetivo de discutir os espaços no IGC, de forma a acomodar os projetos de pesquisa que solicitaram espaços na Direção, melhor acomodar o espaço da SIEL (Serviços Gerais) e avaliar o pedido de equipar uma sala para aulas especializadas, a ser ocupada preferencialmente pela Pós-Graduação da Modelagem, assim como tem a da Pós da Geografia e a da Geologia utiliza a do Memorial no CPMTC. Com a palavra, a Profa. Cristiane Oliveira esclareceu que a Comissão foi presidida pela Profa. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho e integrada pelos professores Cristiane Valéria de Oliveira, Tiago Amâncio Novo, Plínio da Costa Temba e pela servidora Míriam Martha Ferreira Cardoso. Em seguida, apresentou um histórico do assunto, esclarecendo que em setembro de 2014, após um processo longo de discussão, o IGC teve o Projeto Arquitetônico de construção de um novo prédio Anexo aprovado, sendo enviado à PRA, para as providências cabíveis à sua construção. Infelizmente, por motivos alheios à nossa vontade e que impediram a aplicação dos recursos, a construção não se concretizou. Somando-se a isso, nos últimos 6 anos o IGC presenciou o crescimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, na graduação e pós-graduação, que culminaram na demanda crescente por espaços e infraestrutura que pudessem abrigar a ampliação de seu quadro docente e o grande número de atividades e equipamentos recebidos. Ainda na gestão da Profa. Maria Márcia Magela Machado, algumas demandas puderam ser atendidas, sobretudo com a criação de novos laboratórios e gabinetes de professor. No entanto, algumas demandas ainda aguardam solução que esta Comissão ficou encarregada de buscar e apresentar, como: 1. Ampliação do Laboratório de Solos e Meio Ambiente que permita sua utilização em chamadas do Projeto Brumadinho. 2. Alocação de uma sala de uso preferencial às disciplinas da Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (PPAMSA), que permita investimento em infraestrutura por parte do referido programa. 3. Ampliação do espaço físico da SIEL para melhor realização de suas atividades, que nos últimos anos têm assumido novas responsabilidades. 4. Alocação de espaço para abrigar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do PPAMSA “Análise espacial de surto de Covid-19 no Estado de Minas Gerais”, aprovado na Chamada CAPES 09/2020. Atendendo a preocupação que a Direção do IGC teve nos últimos anos de procurar a setorização do uso dos espaços, a Comissão se debruçou em busca de soluções que possibilitassem, sempre que possível, o melhor agrupamento de atividades afins. Com relação à primeira demanda: ampliação do Laboratório de Solos e Meio Ambiente que permita sua utilização em chamadas do Projeto Brumadinho, a Profa. Cristiane Oliveira esclareceu a todos sobre o Projeto Brumadinho e sobre seu Comitê Técnico Científico, do qual faz parte a Profa. Adriana Monteiro da Costa. Como parte das análises a serem desenvolvidas no Projeto dizem respeito à Física do Solo, o Comitê entendeu que o Laboratório de Solos e Meio Ambiente do IGC deveria abrigar os equipamentos adquiridos com esta finalidade, além de conter entre os seus docentes, professores especialistas para responderem às diferentes chamadas relacionadas a esta área. Sendo assim, a Profa. Adriana Monteiro, que faz parte do Comitê Técnico Científico, apresentou uma proposta de ampliação do Laboratório de Solos e Meio Ambiente para que este se tornasse apto a abrigar estes equipamentos e a grande quantidade de amostras de sedimentos a serem analisados. Essa proposta, pensada em comum acordo com os professores que coordenam e utilizam com frequência o Laboratório de Solos e Meio Ambiente (LSMA) e o Laboratório de Geomorfologia e Recursos Hídricos (LGRH), implica em ampliar a área do primeiro em detrimento do segundo. A Direção do IGC avaliou questões importantes na proposta: a) o laboratório teria um ganho significativo de equipamentos de alto custo que, nos tempos atuais de escassos recursos destinados à pesquisa pelas agências de fomento seriam de difícil aquisição em curto espaço de tempo; b) a realização dessas análises em um dos nossos laboratórios faria do IGC referência na área; c) após o

término do Projeto Brumadinho, as instalações do laboratório atenderiam um maior número de discentes de graduação e pós-graduação, além de possibilitar a realização de prestação de serviços que atualmente não é possível, o que contribuiria para o aumento do orçamento em recursos próprios. Com isso, considerou importante atender a solicitação, encaminhando para a presente Comissão a incumbência de avaliar de que forma isso seria possível. Em seguida, a Profa. Cristiane Valéria apresentou a planta com as alterações propostas para essa ampliação, na qual o LGRH perde uma fatia do seu espaço, já delimitada internamente por parede, que abriga os equipamentos de análise de água e a escrivaninha onde o técnico do Laboratório, o Servidor Fernando César da Costa, realiza suas atividades administrativas e de análise dos dados. Considerando que a parte remanescente do LGRH conseguiria incorporar os equipamentos de análise da água e não a área de trabalho do técnico Fernando Costa e, por sua vez, a área do LSMA conseguiria abrigar todos os equipamentos previstos, mas não conseguiria receber, manusear e preparar as amostras de sedimentos que chegariam para análise, a Comissão propõe: 1. A realocação do espaço da Empresa Júnior de Turismo para a sala do antigo xerox, ao lado do D.A., que atualmente se encontra como espaço de recepção de mobiliário inservível, como forma de agrupar a área destinada aos alunos; 2. Alocação da atual sala da Empresa Júnior como a sala de recepção e manuseio inicial das amostras que serão trabalhadas pelo LSMA, mantendo a atividade em área já ocupada por laboratórios; 3. Criação de um espaço administrativo do LGRH para acomodação do técnico Fernando Costa e outros que por ventura preencherão as duas vagas em espera, com o fechamento em drywall do corredor ao lado do laboratório. Os escaninhos dos discentes que se encontram nessa parte do corredor seriam alocados em outras áreas externas cobertas. Com relação à segunda demanda: alocação de uma sala de uso preferencial às disciplinas da Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (PPAMSA), que permita investimento em infraestrutura por parte do referido programa, a Profa. Cristiane Oliveira esclareceu que os Programas de Pós-Graduação em Geografia e Geologia já possuem salas preferenciais de alocação de suas disciplinas, sendo a 2047 (sala de aula situada ao lado dos sanitários do Prédio Anexo) e a 2024 (Sala de Memorial do CPMTC) respectivamente. O PPAMSA, por inicialmente ter se constituído como um programa menor, não havia essa preocupação inicial, mas no decorrer dos últimos anos, o crescimento do programa e o aumento dos docentes credenciados diversificou o número de disciplinas ofertadas e, marcar salas de aula, começou a se tornar um problema. Quando a confirmação da oferta de disciplinas da Pós-Graduação ocorre depois que as salas para a Graduação já foram alocadas, ela fica sem o espaço adequado, sendo alocada em espaços não destinados à aula como a sala de Congregação. Com o novo programa de alocação de aula em vigor há dois semestres, para resolver esse problema, a sala 3049 começou a ter as disciplinas do PPAMSA preferencialmente ali marcadas. Além disso, há a pretensão de passar o Programa para o Conceito 5 da CAPES, mas na última avaliação a que foram submetidos, foi apontado a falta de investimento em infraestrutura, o que suscitou a necessidade de se ter uma sala de aula no IGC equipada de forma apropriada para projeções que valorizassem os trabalhos desenvolvidos pelo programa. Sendo assim, a Comissão propõe que a sala 3049, localizada no mesmo corredor da Secretaria da Pós-Graduação, ao lado do Laboratório de Ensino, continue sendo alocada para o fim proposto pelo PPAMSA. Essa sala seria equipada com um moderno sistema de projeção interativo e tela grande, persianas automáticas e sistema de iluminação automático, e teria em nosso sistema de alocação de salas de aula um filtro que permitisse o uso preferencial do PPAMSA em disciplinas e apresentações de trabalhos, sendo os horários não ocupados, disponibilizados aos demais usos, sendo de pós-graduação ou graduação. Os recursos necessários para a aquisição dos equipamentos seriam oriundos de projetos desenvolvidos pelo Centro de Sensoriamento Remoto (CSR). Com relação à terceira demanda: ampliação do espaço físico da SIEL para melhor realização de suas atividades, a Profa. Cristiane Oliveira esclareceu que a Seção

279 de Logística e Infraestrutura (SIEL), antigo Setor de Serviços Gerais do IGC, teve uma ampliação significativa de sua
atuação nos últimos anos. Hoje os 4 servidores do setor, juntamente com os 2 jovens da Cruz Vermelha, dividem o
282 espaço de trabalho e armazenamento de materiais com a Seção de Compras. Assim, seria natural que a realocação da
Seção de Compras para outro espaço favoreceria a consolidação da ampliação da SIEL. Após análise dos demais
espaços administrativos do IGC, constatou-se que o único atualmente disponível é a sala da antiga secretaria do
Curso de Geografia a Distância – sala 3040. No entanto, a sala tem dimensões menores do que a Seção de Compras
285 necessita para se instalar, demonstrando a impossibilidade de mudança de seu atual espaço. Na procura de outra
solução, a Comissão concluiu que a ampliação da SIEL deve ser feita para outro espaço, no caso, a antiga sala
ocupada por este setor, que atualmente abriga o CENEX/NAPq. Embora com essa proposta a SIEL passe a
288 funcionar em duas salas separadas, ambas ficam no mesmo corredor, com portas vizinhas, sendo que uma poderia
funcionar com a parte administrativa e armazenamento de material, e a outra como o setor de atendimento ao
público e reserva de materiais. Sendo assim, a Comissão propõe que as atividades do CENEX/NAPq sejam
291 desenvolvidas na sala 3040, para possibilitar a ampliação da SIEL, embora a Comissão entenda que em termos de
setorização, sua localização atual seja a ideal. Com relação à quarta demanda apresentada à Comissão: alocação de
espaço para abrigar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do PPAMSA “Análise espacial de surto de Covid-19
294 no Estado de Minas Gerais”, aprovado na Chamada CAPES 09/2020, a Profa. Cristiane Oliveira esclareceu que o
projeto está sob a coordenação da Professora Úrsula Ruchkys de Azevedo, sendo um dos 31 aprovados em um
universo de 545 propostas submetidas, sendo 1 dos 3 contemplados da UFMG. Dentre as atividades previstas está a
297 implantação de um Laboratório de Análise e Modelagem Ambiental aplicada à Saúde, sendo que o projeto recebeu
recursos para compra de cinco computadores, uma estação de processamento e para a reforma de espaço já
existente, além da concessão de 03 bolsas de pós-doutorado e 03 de doutorado. Esse Laboratório pode se tornar
300 referência não só na atuação interdisciplinar ligada à saúde e ao combate da pandemia de Covid-19 mas também,
posteriormente, na atuação de docentes da Geografia e Geologia que possuem atuação nessa área da saúde. Após
análise das plantas dos 3 pavimentos do IGC, a Comissão concluiu que não há espaço disponível. A única
303 possibilidade de remanejamento da ocupação atual que levaria a abertura de espaços para abrigar demandas de
projetos de pesquisa dessa natureza seria com relação aos gabinetes de professores. Considerando que a grande
maioria dos gabinetes é ocupada por duplas e até trios de professores, a ocupação atual de apenas 1 professor pode
306 ser considerada inadequada diante do estrangulamento de espaços que o IGC sofre atualmente. Em parte, a
ocupação individual de gabinetes é resultado do arranjo histórico de diferentes comissões que já se debruçaram
anteriormente sobre a necessidade de acomodar novos professores, conforme o quadro de docentes dos 3
309 Departamentos foi aumentando. Por outro lado, nos últimos 2 anos, a aposentadoria de professores abriu
possibilidades de reorganização desses espaços, sobretudo quando professores que dividiam gabinetes com eles,
ficaram atualmente sozinhos. A Comissão entende que mesmo quando o professor aposentado continue exercendo
312 atividades como Professor Voluntário, é possível destinar uma só sala especialmente para esses casos e liberar outras
para a reorganização, considerando que a permanência deste professor no IGC é menor e a sala poderia ter um uso
múltiplo, portanto. Com a reorganização dos espaços, alguns desses gabinetes poderiam ser transformados em
315 Laboratórios Secos, no mesmo modelo dos que já existem na passagem do 3º andar entre o Prédio Antigo e o Prédio
Anexo, destinados a abrigar projetos de pesquisa que a Congregação assim decidisse, enquanto a contratação de
novos professores não demandasse novamente o uso desses espaços como gabinetes. Por outro lado, atento à
318 necessidade crescente por espaços no IGC, o Prof. Tiago Novo, Diretor do CPMTC e membro da Comissão,

propôs abrigar no Centro de Pesquisa o Laboratório de Análise e Modelagem Ambiental aplicada à Saúde, uma vez que a Profa. Úrsula Ruchkys de Azevedo, coordenadora do projeto, é vinculada ao Centro. Considerando que a

321 Profa. Cristina Helena R.R. Augustin é a única aposentada que não divide gabinete com um professor novato e ainda permanece ativa na pesquisa, é possível propor que ela libere seu gabinete no CPMTC e venha dividir um gabinete no Departamento de Geografia, desde que haja concordância do referido departamento. Com isso, o espaço liberado

324 no CPMTC seria destinado ao Laboratório de Análise e Modelagem Ambiental aplicada à saúde. No entanto, em função da atual condição de pandemia que vivemos e a instalação de trabalho remoto entre os servidores, qualquer iniciativa de mudança de sala, mesmo que aprovada pela Congregação, se torna inviável. Com o funcionamento do

327 laboratório previsto para setembro, fica impossível contar com a sala do CPMTC neste momento. Para contornar este problema a Comissão propõe que a sala administrativa 3040 seja destinada temporariamente ao funcionamento do laboratório, até que o mesmo possa ser realocado para a sala do CPMTC. Para isso, a ampliação da SIEL como

330 proposto no item anterior, ficaria suspensa até o momento adequado para essa reorganização acontecer. Encerrando a apresentação do relatório, a Profa. Cristiane Oliveira ressaltou que considerando que a construção de um novo

333 Prédio Anexo que atenda nossas necessidades por espaços não vai ocorrer num cenário próximo, ainda que numa perspectiva otimista isso possa demorar 5, 10 anos, é preciso pensar de forma estratégica em como minimizar os efeitos que a crescente demanda por espaços exerce em nossa coletividade. O entendimento de que as demandas são

336 dinâmicas ao longo do tempo permite concluir que decisões tomadas anteriormente pela Congregação podem e devem ser revistas para melhor atender a necessidade atual. Partindo da premissa de que apesar das divisões internas que temos, em função da estrutura departamental adotada, o espaço físico é da Unidade, é possível definir que é a

339 Congregação a instância mais adequada para a tomada de decisão de como ele deve ser ocupado, em função das necessidades do momento e visando o melhor de todos. E para assessorar a Congregação na tomada de decisões, a

342 Comissão propõe que seja constituída uma Comissão de Espaço Permanente, constituída por 2 docentes e 1 TAE, com mandatos de 2 anos de forma que haja um revezamento saudável de seus membros. A Comissão Permanente teria como prerrogativa receber as demandas e analisar a possibilidade de atendimento, tendo a liberdade de propor

345 soluções de forma imparcial, mesmo que isso implique em alterar a organização atual das pessoas e atividades ali desenvolvidas. Colocando o assunto em discussão, manifestaram-se os seguintes representantes: O Prof. Bernardo Machado Gontijo questionou sobre a situação do gabinete do Prof. Allaoua Saadi, aposentado no ano passado. Foi

348 esclarecido pelo Prof. Tiago Novo que o gabinete atualmente é ocupado por outros professores. O Prof. André Velloso Batista Ferreira reconheceu que a administração dos espaços cabe, em última análise à Unidade, conforme apontado pela Comissão. Entretanto, existem os espaços administrados pelos departamentos e sendo assim, algumas

351 das propostas apresentadas pela Comissão deveriam ter tramitado nas Câmaras, caso os departamentos realmente tenham autonomia sobre a reorganização desses espaços. Perguntou, também, sobre o fechamento proposto na área de circulação do primeiro andar, se esse fechamento é permitido ou se implicaria em outro procedimento, como a

354 necessidade de autorização dos bombeiros, por exemplo. Solicitou, ainda, que os documentos apresentados pela Comissão sejam encaminhados para possibilitar uma maior reflexão e eventuais novas contribuições. A Profa. Vilma Carvalho esclareceu que os documentos não foram encaminhados com antecedência uma vez que o estudo foi

357 finalizado às vésperas da reunião. Com relação aos gabinetes, esclareceu que ao estudar os espaços, a Comissão percebeu que as únicas possibilidades para criação de novos espaços seria utilizando os gabinetes ou as salas de aula e em sua opinião, preservar as salas de aula é uma questão prioritária, por isso a sugestão de se instituir uma Comissão Permanente de Espaço. Com relação ao fechamento proposto na área de circulação do primeiro andar, esclareceu

sobre os procedimentos adotados para realização de obras na Unidade, via Departamento de Obras. Para esse fechamento, a Unidade contrataria um serviço que não é permanente (drywall) e que não necessita de aprovação prévia pelo Setor de Projetos da UFMG. A Profa. Lussandra Martins Gianasi lembrou que foi instituída uma comissão ano passado que fez uma análise dos espaços para o Departamento de Geografia. Perguntou se o trabalho da comissão foi concluído e se o mesmo pode ser disponibilizado. O Prof. Paulo Roberto Antunes Aranha salientou que esse é um assunto muito importante e que deve ser discutido com mais tempo. Sugeriu retirar o assunto de pauta e marcar outra reunião para apreciação do mesmo. A Profa. Maria Giovana Parisi esclareceu que a distribuição de salas é feita por ela por intermédio do programa adquirido para essa finalidade e que as salas 3049, 2049 e 2024 já são salas para uso prioritário pelas pós-graduações da Modelagem, Geografia e Geologia, respectivamente. A graduação tem preferencialmente salas disponíveis para reserva nos CADs, mas a pós-graduação não tem. Sendo assim, considera possível aprovar o uso prioritário da sala 3049 pela Pós-Graduação da Modelagem, como já vem sendo feito, para que a mesma possa ser equipada com um novo sistema de projeção, que será útil tanto para a pós-graduação quanto para a graduação. Diante das discussões e conforme sugerido pelo Prof. Paulo Roberto Antunes Aranha, a Profa. Vilma Carvalho propôs suspender a análise desse ponto de pauta e trazê-lo novamente na próxima reunião, o que foi aceito por todos.

06) AJUSTES NO CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA

Após os esclarecimentos da Profa. Marly Nogueira, o ajuste curricular proposto para o Curso de Geografia, tendo em vista a criação de nova disciplina de conteúdo variável (Tópicos), devido à implementação do formato ERE no ensino de graduação na UFMG, foi aprovado por unanimidade.

07) ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2020

Esse assunto será apreciado na próxima reunião.

08) OUTROS ASSUNTOS

Nada mais havendo a tratar, a Profa. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Do que se passou, para constar, foi lavrada a presente ata aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2020.